

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1438438 - PE (2019/0021467-9)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADORES : AMANDA REBECA MORAIS EMERY COSTA -

PE024333

RENATO VASCONCELOS MAIA E OUTRO(S) -

PE036454

AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE

PERNAMBUCO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE. MEDICAMENTO FORA DA LISTA OFICIAL. MULTA DIÁRIA. APLICABILIDADE DO RECURSO ESPECIAL DA CONTROVÉRSIA. RESP 1.474.665/RS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO A QUE SE NEGA PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O PARECER DO MPF.

1. Depreende-se da leitura do Apelo Raro que a parte agravante deixou de impugnar especificamente a aplicabilidade do REsp. 1.474.665/RS, julgado sob o rito de recurso representativo da controvérsia.

2. Como é sabido, o Agravo tem por escopo desconstituir a decisão denegatória de Recurso Especial, sendo, por isso, imprescindível a impugnação específica de todos os fundamentos nela lançados, com o fito de demonstrar o seu desacerto, sob pena de incorrer no óbice da Súmula 182/STJ.

3. Agravo Interno do ESTADO DE PERNAMBUCO a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

